

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.452 - PB (2019/0131494-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.
PROCURADOR : ADELMAR AZEVEDO RÉGIS E OUTRO(S) - PB010237
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO. ALEGAÇÃO DE QUE A PRETENSÃO AUTORAL JÁ FOI SATISFEITA COM A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ANTES DA SENTENÇA TER SIDO PROFERIDA. REJEIÇÃO.

- Diante da constatação de ainda existirem cargos preenchidos por prestadores de serviço, exercendo atividades de caráter permanente, deve o Município Recorrente designar os candidatos aprovados no concurso público para ocupar os referidos cargos efetivos.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PREENCHIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL POR SERVIDORES NÃO CONCURSADOS. COMPROVAÇÃO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Conforme disposto na Lei nº 11.388/2008, ora em vigor, existem 123 cargos de provimento efetivo no âmbito do Poder Legislativo Municipal. Desse total, 94 cargos foram preenchidos por servidores estatutários, de acordo com o informativo do Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa. No entanto, houve um silenciamento quanto ao preenchimento do restante dos cargos efetivos previstos na Lei acima mencionada.

- Ante a ilegalidade na contratação de prestadores de serviço para ocuparem cargos efetivos, em dissonância com o previsto na regra constitucional, a Sentença deve ser mantida.

Alega violação do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, no que concerne à falta de interesse, trazendo o seguinte argumento:

Ora, a pretensão autoral decorre da não nomeação de concursados, assim, uma vez preenchido os cargos públicos com os servidores concursados, não há mais motivo para a manutenção da presente ação, razão

porque entende a parte recorrente que a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba feriu de morte o artigo 485, VI do CPC, quando deixou de extinguir o presente processo, rejeitando a preliminar de mérito suscitada (fls. 332).

Aduz, ainda, divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Ao se pronunciar a respeito da questão devolvida nas razões do recurso especial, o Tribunal de origem expôs as seguinte razão de decidir:

O Município de João Pessoa, ora Apelante, suscita a preliminar de perda do objeto, uma vez que a pretensão autoral já foi satisfeita com a nomeação dos candidatos antes da Sentença ter sido proferida.

Tal pretensão não merece guarida.

O representante do Parquet, de forma cirúrgica, bem identificou a situação ora delineada, tecendo relevantes considerações à fl. 287:

"Dos documentos juntados aos autos (fls. 213/214), verifica-se que algumas funções na lista de prestadores de serviço apresentada (controle de custo de estoque, agente de plenário, controlista de painel eletrônico, dentre outras) denotam atividades de caráter permanente, os quais necessariamente deveriam ser preenchidos por concurso público.

Em relação ao quadro permanente de servidores da Câmara de João Pessoa verifica-se que inúmeros cargos (fls. 213/232) não tem previsão na Lei Municipal nº 11.388/2008 e suas alterações posteriores, a qual trata do plano de cargos, carreira e remuneração no âmbito do parlamento municipal". (destaque nosso).

Dessa forma, rejeito a preliminar arguida, a fim de que o Promovido cumpra, de maneira fiel, o estabelecido na Lei Municipal nº 11.388/2008, preenchendo as funções de caráter permanente com os candidatos aprovados no concurso público realizado.

[...]

Conforme disposto na Lei nº 11.388/2008, ora em vigor, existem 123 cargos de provimento efetivo no âmbito do Poder Legislativo Municipal, sendo (16) de nível complementar; (49) de nível intermediário e (58) de nível superior.

Desse total, 94 cargos foram preenchidos por servidores estatutários, de acordo com o informativo do Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa (fls. 198/200). Como dito na Sentença vergastada, houve um silenciamento quanto ao preenchimento do restante dos cargos efetivos previstos na Lei Municipal nº 11.388/2008.

Portanto, o *Decisum* objurgado deve ser mantido, ante a ilegalidade na contratação de prestadores de serviço para ocuparem cargos efetivos, em dissonância com o previsto na regra constitucional.

Dessa feita, a pretensão do Apelante não merece acolhida, na esteira do que restou decidido pelo magistrado *a quo* (fls. 321/324).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à divergência jurisprudencial, na espécie, incide o óbice da Súmula 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea 'c' do permissivo constitucional e ter havido transcrição de ementas, a parte recorrente não indicou expressamente qual o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; e AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

